ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROJETO DE DELIBERAÇÃO N.º 37/XVII/2.ª

Composição da Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliação da intervenção de Luís Neves enquanto diretor da Polícia Judiciária durante todos os seus mandatos (2018-2026) e eventual responsabilidade de membros do Governo que o nomearam e tutelaram

Tendo o Inquérito Parlamentar n.º 13/XVII/2.ª (CH) sido requerido ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (RJIP), é obrigatoriamente constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
Considerando que foi apresentado o Inquérito Parlamentar n.º 12/XVII/1.ª (JPP) sobre o mesmo objeto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do RJIP.
Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do RJIP a composição da comissão deve ser proporcional à representatividade dos grupos parlamentares, devendo o número de membros e a sua distribuição pelos diversos grupos parlamentares ser fixados por deliberação da Assembleia da República, sob proposta do seu Presidente, ouvidos os membros da Conferência de Líderes, a qual deve mencionar, no caso de serem os requerentes do inquérito, os Deputados únicos representantes de um partido que integram a comissão, apresento ao Plenário da Assembleia da República o seguinte projeto de deliberação:

«A Assembleia da República delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (RJIP), aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, ouvidos os membros da Conferência de Líderes, que a *Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliação da intervenção de Luís Neves enquanto diretor da Polícia Judiciária durante todos os seus mandatos (2018-2026) e eventual responsabilidade de membros do Governo que o nomearam e tutelaram* é composta por 25 Deputados, distribuídos do seguinte modo:

Partido com representação parlamentar	Membros	Suplentes (n.º 3 do artigo 6.º RGIP)
PSD	8	2
CH	5	2
PS	5	1
IL	2	1
L	2	1
PCP	1	1
CDS-PP	1	1
JPP	1	0

Presidência – CH

1.ª Vice-Presidência – PS

2.ª Vice-Presidência – PSD»

Palácio de São Bento, 29 de setembro de 2026.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(José Pedro Aguiar Branco)